

A. I. N.º - 9294376/03
AUTUADO - SOBRE A PELE COMÉRCIO DE CONFECÇÕES E ACESSÓRIOS LTDA.
AUTUANTE - CARLOS DE BRITO SILVA
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 21. 09. 2004

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0351-04/04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. AUDITORIA DE CAIXA. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 06/10/03, refere-se a aplicação de penalidade pela falta de emissão de notas fiscais de saída de mercadorias, nas vendas à consumidor, apurada através de auditoria de caixa, aplicando-se a multa no valor de R\$ 690,00, disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

O autuado apresenta impugnação, às fls. 13 a 15, inicialmente, esclarecendo que o auditor verificou que havia sido efetuada uma venda através de cartão de crédito, sem o fornecimento da respectiva nota fiscal ao cliente. Alega que sua funcionária tinha realizado a primeira venda do dia, cujo pagamento foi através do sistema VISANET, para uma cliente assídua da loja, que em razão de estar atrasada informou que pegaria o documento fiscal pela tarde, quando olharia outras mercadorias. Acrescenta que logo em seguida à retirada da cliente, o preposto fiscal chegou à loja, não aceitando as explicações da funcionária. Entende que a obrigação disposta no art. 142, VII, do RICMS/97 foi cumprida, já que o documento fiscal foi entregue a cliente quando esta retornou pela tarde. Ao final, diz que anexou cópia do seu talonário como prova de que vem normalmente emitindo os documentos fiscais, pede a improcedência do Auto de Infração.

O autuante em informação fiscal (fls. 27 e 28), mantém a autuação, dizendo que foi constatado que o contribuinte não estava emitindo notas fiscais de vendas à consumidor final, conforme Termo de Auditoria de Caixa (fl. 08).

VOTO

Diante dos elementos constitutivos do presente PAF, entendo que ficou caracterizado que o contribuinte realizou operações de vendas sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

De acordo com os documentos anexados pelo autuante, ficou evidente o acerto da ação fiscal, já que o Termo de Auditoria de Caixa, anexado aos autos à fl. 08, com a assinatura do responsável pela empresa autuada, constatou diferença positiva no valor de R\$ 141,60, servindo como prova do cometimento da infração, conforme entendimento já pacificado neste CONSEF, tendo em vista que tal diferença corresponde a venda de mercadorias sem a emissão da documentação fiscal exigível.

Ademais, a própria peça defensiva do autuado é uma confissão expressa do cometimento da infração, haja vista ter informado que sua funcionária tinha realizado a primeira venda do dia, cujo pagamento foi através do sistema VISANET, para uma cliente assídua da loja, dizendo que em razão de estar atrasada pegaria o documento fiscal pela tarde, quando olharia outras mercadorias.

No entanto, mesmo que tal alegação fosse verdadeira, o procedimento do autuado contraria o disposto nos artigos 142, VII e 220, I, do RICMS/97, que determinam que é obrigação do contribuinte entregar ao adquirente, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar, devendo a Nota Fiscal ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias.

Vale ainda ressaltar, que as cópias das notas fiscais anexadas pelo autuado às fls. 18 a 21 foram emitidas posteriormente à autuação.

Por fim, foi emitida a nota fiscal nº 1757 (fl. 07), referente ao saldo positivo encontrado na auditoria de caixa.

De tudo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **9294376/03**, lavrado contra **SOBRE A PELE COMÉRCIO DE CONFECÇÕES E ACESSÓRIOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa de **R\$ 690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de setembro de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA